

(X) Cadastrado

(X) Processado

Publicação do CEDI

KARDEX

MC

PP

REC. GERAL

(X)

(Ø)

()

Nº 573 — 23/08/91

Aconteceu

Reação popular impede retrocesso político na URSS

AP



A *perestroika* continua. Durou apenas 60 horas o golpe contra Mikhail Gorbatchev desencadeado na madrugada de 19 de agosto por políticos e militares conservadores — os chamados “linha-dura” — contrários às profundas mudanças políticas introduzidas no país ao longo dos últimos seis anos. Uma

resistência popular superior a todas as expectativas e, após muitas hesitações, a quase que unânime pressão internacional, conseguiram forçar a rendição dos golpistas e a volta ao poder de Gorbatchev, que tinha sido preso e deixado incomunicável na distante Criméia.

(Cont. na última página)

Governo acusado de financiar programa nuclear militar com verbas secretas (página 3)

O governador que quer caça livre aos jacarés definirá política ambiental brasileira (página 5)

Crise faz diminuir o número de greves no país nos últimos dois anos de 943 para 393 (página 13)

Brasil vai controlar exportação de tecnologia

O governo brasileiro estuda, há cerca de três meses, a aceitação pelo Brasil das regras de um organismo pouco conhecido, a Comissão Coordenadora de Controle das Exportações Multilaterais (Cocom). Criada e mantida sob a liderança dos EUA, reunindo 17 países, a organização surgiu no início da Guerra Fria, em 1949, como uma forma dos países ocidentais impedirem a transferência de tecnologia aos países do bloco socialista. Atualmente, especialmente após a guerra Irã-Iraque, são os países do Terceiro Mundo que enfrentam as maiores restrições da Cocom. Em 1989, por exemplo, a Comissão atuou pressionando o governo francês para

impedir a venda de equipamentos de informática para a estatal Embraer, sob o argumento que os processadores ampliariam a capacidade técnica da indústria local.

A organização estabelece que seus signatários submetam suas exportações de dados técnicos, equipamentos e minerais estratégicos a regras severas. Entre elas o controle das re-exportações de qualquer produto estratégico sem o conhecimento e aprovação do exportador original.

Baseado num documento proposto pelo governo norte-americano, intitulado: "Memorando de entendimento entre o governo dos EUA e o governo da República Federativa

do Brasil, para a transferência e proteção de tecnologias estratégicas", uma comissão governamental brasileira prepara um projeto de lei, a ser apresentado ao Congresso, criando mecanismos de controle das vendas externas e instituindo penalidades para empresas e pessoas físicas envolvidas em eventuais desvios.

Com isso o governo espera responder às pressões da administração Bush, sobre transferência de tecnologia das nações industrializadas para os países em desenvolvimento, e, por tabela, facilitar o acesso brasileiro a equipamentos e tecnologia mais sofisticadas. (*Gazeta Mercantil*, 16/8/91)

Política salarial vai a debate no Congresso Nacional

Em 31/08 próximo termina a vigência da lei nº 8.178/91, que fixa o valor do salário mínimo e regula a concessão de abonos. Até lá, o Congresso deverá apresentar nova lei regulamentando o assunto, sob risco do governo emitir nova Medida Provisória.

O governo acena com um piso de Cr\$ 34 mil para o salário-mínimo e a livre negociação para as demais faixas, embora sem consenso na bancada governista. A oposição procura articular-se em torno de um mínimo de Cr\$ 62 mil e a indexação salarial, isto é, reajustes automáticos conforme o índice mensal de inflação.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), acaba de divulgar um estudo analisando as 21 políticas salariais postas em prática desde 1964. A con-

FATIA DO SALÁRIO NA RENDA NACIONAL CAI A 35%

(Balanço das políticas salariais e do comportamento dos rendimentos como parcela da renda nacional brasileira)

PERÍODO	PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NA RENDA NACIONAL
1970-1979	52,0% a 50,3%
1980-1982	50,0% a 51,2%
1983-1984	48,7% a 46,7%
1985-1991	38,0% (1988) a menos de 35% em 1991

Fonte: Dieese

(*) Estimativa do Dieese

clusão é que o país vive seu maior archo salarial, com os salários respondendo pelo menor percentual da renda nacional dos últimos 20 anos. Segun-

do do Dieese, a parcela dos salários na renda nacional, que era de 52% em 1970, caiu para menos de 35% em 1991 (ver quadro). (*Folha de S. Paulo*, 8/8/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão • **Diagramação:** Marta Cerqueira Leite Guerra • **Paginação:** Alfredo Coelho • **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847 ou
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 3.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 1.700,00
Assinatura exterior: US\$ 50

O CEDI faz intercâmbio com outras publicações e assinaturas em cortesia em casos especiais

Governo usa verbas secretas para continuar programa nuclear

O Congresso intimou o secretário de Assuntos Estratégicos do governo, Pedro Paulo de Leoni Ramos, para que explique e justifique a despesa de milhões de dólares em pesquisas nucleares secretas, revelada no início de agosto pelo *Jornal do Brasil*. Segundo a reportagem, de março 1990 até hoje, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SEA) teria gasto cerca de 65 milhões de dólares em "pesquisas sobre tecnologias nucleares". A revelação levantou dúvidas a nível internacional sobre o compromisso publicamente assumido pelo presidente Fernando Collor de reconverter as pesquisas nessa área apenas para fins pacíficos, abandonando os projetos de desenvolvimento de armas nucleares.

Segundo outras revelações da imprensa, as verbas secretas teriam sido usadas para importar equipamentos necessários para enriquecer o urânio no nível utilizado para a fabricação de bombas nucleares. Estes equipamentos seriam agora instalados em Aramar, o centro experimental da Marinha Militar, localizado na cidade de Iperó, a cerca de 150 quilômetros a oeste de São Paulo. "Com estes novos equipamentos, o Brasil está agora em condição de obter suficiente urânio enriquecido para poder construir uma bomba nuclear já no começo do próximo ano", afirma o físico Luiz Pinguelli Rosa.

Durante a ditadura, os governos militares gastaram mais de 2 bilhões de

dólares tentando alcançar a capacidade tecnológica necessária para construção de armas nucleares. Em setembro de 90, Collor mandou fechar o poço na serra do Cachimbo, no sul do Pará, destinado aos testes atômicos. Em julho passado, o presidente assinou com o colega argentino Carlos Menem um acordo que compromete os dois países (os únicos na América Latina com tecnologia sofisticada neste campo) a não realizar testes nucleares. A maioria dos observadores internacionais acredita que os militares brasileiros não tentarão finalizar a construção de armas nucleares a curto prazo, mas querem adquirir a capacidade técnica necessária para o caso do governo dar "farol verde" para o projeto. (CEDI, 20/8/91)

Narcotráfico em Rondônia: os nomes que serão investigados

A Rondônia é hoje a principal porta de ingresso no Brasil da cocaína produzida na Bolívia, Peru e Colômbia. Após repetidas denúncias neste sentido, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o narcotráfico foi a Porto Velho para tentar apurar os fatos. A Polícia Federal (PF) começou também a investigar as fortunas dos homens mais ricos do estado, muitos deles com interesses ligados à agropecuária e à garimpagem em áreas indígenas. A seguir, parte dos nomes investigados.

Jabes Rabelo — Deputado federal, o paranaense Rabelo é dono de mais de 10 empresas, em sociedade com os irmãos Joabes, Abidiel e Noabias (os dois últimos presos em São Paulo acusados de tráfico de 554 quilos de cocaína). Jabes foi apontado pela PF como o cérebro da operação.

Divino Cardoso de Campos — Prefeito de Cacoal, a base de operação dos Rabelo.

Jandim e Aldemir Braga de Carvalho — Irmãos de um dos maiores traficantes de Rondônia, Marçilon Braga de Carvalho, morto em 1988.

Ismael Camurça — Ex-cunhado do governador Osvaldo Piana. Primeiro do deputado federal Carlos Camurça (PTB). Seu irmão, Belchisse Camurça, foi preso por tráfico, cumpriu pena e hoje é funcionário da Justiça Federal em Rondônia.

Edson Fidelis — Deputado federal pelo PTB, foi advogado de traficantes

envolvidos na Operação Excentric, disparada pela PF em 1986 no estado.

Fernandes Amorim — Prefeito de Ariquemes e um dos organizadores do garimpo de cassiterita de Bom Futuro, é acusado de fazer lavagem de dinheiro e tido como homem perigoso, que anda sempre armado e acompanhado por pistoleiros.

João Lucena Leal — Advogado que se notabilizou por defender os fazendeiros Darly e Darci Alves de Souza, culpados pela morte do ecologista e líder sindical Chico Mendes. Leal é um notório advogado de traficantes e foi delegado na Paraiba, antes de chegar a Rondônia. Atua em Porto Velho, Guajará-Mirim e Ji-Paraná.

Adalberto Diniz — Advogado, preso no quartel da Polícia Militar de Porto Velho sob acusação de posse de 16 quilos de cocaína apreendida em sua mansão.

Francisco Pereira Torres — Conhecido como o *Odorico da Amazônia*. Dono em Rondônia e Acre de empresas compradoras de borracha, hotéis e outros imóveis em Porto Velho e Guajará-Mirim.

Moisés Benesbi — Dono de concessionárias de automóveis, usinas de borracha e cerâmica, empresas agropecuárias em Porto Velho e Guajará-Mirim. Invasor da Área Indígena Uru-eu-uau-uau.

Eletro Azevedo — Dono de empresas de terraplanagem, agropecuária e

imóveis. Trabalha em obras para o governo de Rondônia. Mora em Porto Velho.

Grupo Urupá — Dono de madeiras e empresas agropecuárias em Ji-Paraná.

Rômio Furtado — Ex-secretário de Comunicações do governo do estado. Dono de empresa agropecuária em Cacoal.

Jerônimo Santana — Ex-governador, dono de vários imóveis, entre os quais fazendas em Goiás e Porto Velho.

Antônio Morimoto — O suplente do deputado Jabes Rabelo é paulista e mora em Vilhena. Dono de fazendas.

Luiz Malheiros Tourinho — Dono do jornal Alto Madeira, prédios comerciais.

Odacir Soares — Senador pelo PTB. Dono de fazendas, imóveis e um grupo de comunicações em Cacoal e Pimenta Bueno. Um dos maiores inimigos de Raquel Cândido, contra quem a deputada federal teria planejado um atentado com bananas de dinamite.

Francisco Nogueira Filho — Prefeito de Guajará-Mirim, dono de lojas e fazendas.

Mário Calixto — Irmão do deputado federal Mauricio Calixto, dono do jornal O Estadão do Norte e da rádio Eldorado do Brasil, ambos em Porto Velho, e de um hotel no balneário Camboriú (SC). (*Jornal do Brasil*, 4/8/91)

E C O - 9 2

Monólogo em público: governo realiza audiência sobre relatório oficial

As duas horas de audiência pública em que a sociedade civil brasileira deveria debater o Relatório Nacional para Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento acabaram se transformando num "monólogo autoritário", segundo João Paulo Capobianco, da Fundação SOS Mata Atlântica. Ou numa prova de incompetência, "pois prefiro não acreditar em má fé", segundo o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Alaôr Caffé. Ou num desperdício de recursos, segundo os próprios técnicos do Ibama, revoltados com a destinação de Cr\$ 3,3 milhões para a transmissão de 48 comentários de autoridades "alheias à realidade ambiental", enquanto o Ibama inicia a operação Amazônia com apenas Cr\$ 500 milhões dos Cr\$ 1.2 bilhões necessários ao combate aos incêndios e desmatamentos nos sete estados da Amazônia Legal. "Como diria certo ministro, foi uma 'ouviência', ironizou o deputado Fábio Feldmann, que acompanhou a transmissão no auditório da Embratel em São Paulo, onde quase cem pessoas usaram mordças de pano na boca em sinal de protesto contra a falta de debate ou de oportunidade para registrarem suas sugestões.

Segundo o ministro Luiz Felipe de Macedo Soares, da Cima, o relatório não se constitui em um documento de posições ou para tratar de questões específicas e sim de uma radiografia da situação ambiental do país para informar às outras nações que participam da Conferência.

Esta foi a última fase de coleta de subsídios para a elaboração do documento, que deve ser aprovado na segunda quinzena de setembro.

A Coordenação Nacional do Fórum de ONGs encaminhou o pedido de uma nova audiência pública. O Fórum, que congrega 700 entidades civis, considera que as sugestões apresentadas dificilmente integrarão a versão final.

O processo de discussão do relatório tropeçou em numerosas dificuldades desde a divulgação da primeira versão no início de julho. O documento, com quase 500 páginas, abordava, de modo desigual, diferentes problemas e realidades do meio ambiente brasileiro. Reformulado e impresso — reduzido para 170 páginas, tamanho tablóide, o documento *Subsídios Técnicos para a Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD*, sofreu atraso na distribuição das cópias provocando re-

A indústria do verde

Além da visita dos 160 chefes de Estado que o Brasil espera receber no ano que vem, durante a Rio-92, estão sendo aguardados os representantes de um dos setores da economia mundial que mais crescem no planeta — a chamada indústria do verde. Por detrás das campanhas de defesa do meio ambiente, essa indústria vem crescendo a taxas de 7% ao ano no mundo inteiro. Em 1990, a indústria da preservação movimentou cerca de 200 bilhões de dólares com projetos de recuperação de áreas devastadas, controle da poluição e saneamento. (Veja, 14/8/91)

clamações e dois adiamentos no cronograma da discussão pública e da entrega do relatório final à Secretaria da Conferência/ONU. O documento foi elaborado por 70 especialistas, com temas agrupados em capítulos. (*Jornal da Tarde-SP*, 10/8/91; *O Globo*, 10/8/91; *Correio Braziliense*, 9/8/91; *CEDI*, 13/8/91)

Contas nacionais da ONU incluirão perdas ecológicas

A próxima reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), para reformulação do sistema de cálculo das contas nacionais dos países-membros, marcada para 1993, em Nova Iorque, deve recomendar a adoção de "contas satélites ambientais" para quantificar as relações entre economia e meio ambiente. A introdução de perdas ecológicas nestes cálculos promete subverter dados de crescimento econômico, principalmente em países subdesenvolvidos baseados na exploração maciça de recursos naturais não renováveis.

O objetivo do Departamento de Estatística da ONU ao implantar a nova metodologia é revelar, através das contas nacionais, processos de desenvolvimento econômico não "sustentáveis" de ponto de vista ambiental. As primeiras experiências de quantificação ecológica já estão sendo desenvolvidas no México e em Papua — Nova Guiné por técnicos do Banco Mundial.

A base da metodologia considera três grandes parâmetros: o capital natural (os recursos naturais explicitamente, como água, ar, miné-

rio, petróleo, entre outros), o fluxo de utilização destes recursos (quanto se gastou e quanto se gerou ou descobriu de novas fontes) e, finalmente, o custo de degradação e poluição no processo de produção e consumo. De posse dos custos ambientais gerados no desenvolvimento econômico, torna-se possível calcular o Produto Interno Bruto Sustentável — PIBS e o Produto Interno Líquido Sustentável — PILS, entre outros indicadores especiais. (Verônica Couto/*Gazeta Mercantil*, 4/6/91)

E C O - 9 2

Efeito estufa polariza Norte/Sul

Durante a penúltima reunião do Comitê Preparatório da Eco-92 (PrepCom) que ocorre em Genebra até o dia 4 de setembro, os Estados Unidos rejeitaram as propostas do 3º Mundo para a proteção da atmosfera como "muito intervencionistas, ineficientes e potencialmente violadoras da soberania nacional".

O delegado dos EUA, Robert Reinstein, argumentou que as propostas enfatizavam o papel do consumo de energia sobre as mudanças climáticas em especial no aquecimento terrestre. "Não há consideração de outras fontes e os meios de absorção dos gases que causam o efeito estufa", acrescentou o delegado, dando como exemplo o papel danoso do desmatamento para o clima terrestre.

Os países do 3º Mundo vêm tentando que seja considerado, na agenda da Eco-92, o papel do consumo de energia na mudança do clima. Desejam, também, enfatizar as causas da formação do efeito estufa (fenômeno de concentração de gases na atmosfera devido à ação humana) que pode causar o aquecimento global alterando significativamente o clima de todo o planeta. Os Estados Unidos, no entanto, consideram o assunto fora do âmbito da Eco-92, remetendo-o para o Comitê Intergovernamental do Clima. Um representante latinoamericano considerou a posição dos EUA como uma manobra para fugir ao ataque desses países que defendem a tese de que os industrializados devem assumir a maior responsabilidade pela limpeza do meio ambiente, na medida em que contribuem mais para sua degradação. Os EUA são responsáveis por 25% das emissões de gases combustíveis fósseis, considerados pelos cientistas do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Clima) como a principal causa do efeito estufa. Querem apenas a adoção de uma fórmula de "compromissos e exame" que possa resultar na redução dos gases sem fixar limites para o dióxido de carbono (resultado da queima de combustíveis fósseis), considerado o pior transgressor. Os EUA não aceitaram as metas para a promoção de eficiência energética que estão sendo propostas na reunião do PrepCom. (*Jornal do Brasil*, 14/8/91; *Gazeta Mercantil*, 14/8/91; *CEDI*, 15/8/91)

Ibama multa mas não arrecada

Apesar do grande número de autuações decorrentes de agressões ambientais em todo o país, o Ibama arrecada pouco. Uma boa parcela das multas aplicadas não chega aos cofres do órgão por falta de um serviço de cobrança eficiente e até de informações reais sobre a situação dos débitos. No último levantamento efetuado foram detectados 120 mil autos de infração sem cobrança desde 1986, sendo que quase 60 mil aplicações no estado de São Paulo.

Os dados reconhecidamente subestimados pelo Departamento de Finanças do Ibama dão conta de que apenas Cr\$ 300 milhões em multas estão

sob cobrança judicial, mas sabe-se que a dívida é muito maior. Esses recursos que deixam de ser arrecadados diminuem os investimentos em projetos ambientais, pesquisas, fiscalização da fauna, flora e pesca.

"O Ibama só terá os números exatos e um maior controle sobre as multas quando for instalado o sistema informatizado de arrecadação nacional", avalia o chefe da Divisão de Arrecadação, Lincoln Camponez.

Atualmente quase todo o controle das multas, reincidências e situação atual de pagamento é feito manualmente. (*Correio Braziliense*, 11/8/91; *CEDI*, 13/8/91)

Collor adere ao discurso antipreservacionista de Mestrinho

O governo pede ajuda ao governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, para a definição da política nacional de meio ambiente. Mestrinho é o principal articulador de um discurso antipreservacionista para a Amazônia combatendo a "doutrina de reservas que beneficiam índios, seringueiros e grandes áreas verdes". O governador apresentou, em julho, um projeto de código Amazônico que passa por cima da autoridade federal reivindicando autonomia na gestão dos recursos naturais. Propôs, ainda, a permissão da caça aos jacarés, com a livre exportação dos couros; a inclusão da carne de tartaruga nos cardápios dos restaurantes; a demarcação das terras indígenas em limites mínimos e

a liberação do desmatamento em regiões povoadas.

A identificação do governo federal com as declarações de Mestrinho sobre a política ambiental foi decidida em reunião setorial dos ministros e secretários em 22/07. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, foi designado para articular os contatos com os governadores da região norte.

A conversa entre Collor e Mestrinho ocorreu no Clube das Nações, logo após o almoço oferecido pelos governadores ao presidente. "Quero sua colaboração nesse discurso de meio ambiente", disse Collor, após afirmar que o secretário do Meio Ambiente, Lutzenberger, liberaria a caça controlada de jacarés. (*Folha de S. Paulo*, 13/8/91; *CEDI*, 16/8/91)

Sem atacar a pobreza não haverá solução para o meio ambiente

O professor Ignacy Sachs, assessor especial da ONU para a Rio-92 e pioneiro na definição de Ecodesenvolvimento, acha que a Conferência do Rio tem um desafio central: adotar medidas contra a pobreza, ao lado de outras medidas ambientais isoladas. Na sua opinião "é impossível atacar o problema ambiental sem atacar a disparidade que há hoje no mundo". A Conferência deve, portanto, rela-

cionar entre os seus temas a discussão da dívida externa dos países do 3º Mundo. Sachs teme que a Conferência se detenha apenas na discussão de temas técnicos, como o efeito estufa e a poluição dos rios. "São problemas que afetam a estratégia de desenvolvimento mas o tema central é o próprio desenvolvimento no respeito ao meio ambiente". (*Jornal do Brasil*, 5/8/91; *CEDI*, 13/8/91)

Canavieiros do MT conquistam acordo coletivo de trabalho

Instalaram-se há seis anos em Barra do Bugres (MT), as usinas Grupo Itamarati e Barra Alcool S/A que desde então têm feito uso de mão-de-obra da região e de migrantes nordestinos (principalmente dos estados de Alagoas, Bahia e Paraíba).

Em maio deste ano, o Grupo Itamarati, através de uma pessoa conhecida por "Zé Baiano", partiu para a contratação de trabalhadores recebendo "por

cabeça", indo assim de encontro aos encaminhamentos do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) local, que tentava negociar um acordo coletivo de trabalho com a usina. Além disso, a usina reduziu o valor da remuneração que estava sendo paga aos trabalhadores pelo corte da cana. Numa resposta imediata, 1.600 trabalhadores paralisaram o corte, forçando um canal para que no dia 8 de junho, o Grupo Itama-

rati negociasse com o STR um acordo coletivo, depois firmado também com a Barra Alcool S/A. Entre os termos acordados destacamos: assistência médica e odontológica; jornada de trabalho de oito horas; final de semana remunerado; garantia dos direitos trabalhistas por ocasião de rescisão de contrato; transporte dos trabalhadores em ônibus e/ou caminhão forrado com lona; entre outros. (CEDI, 19/8/91)

Trabalho escravo é denunciado por deputados no Sul

Uma comissão de deputados gaúchos solicitou à Delegacia Regional do Trabalho a interdição de 18 pontos (4 mil hectares) de colheita de acácia da Tanagro (uma das empresas do grupo Tanac/Indústria de Taniño Ltda), no município de Encruzilhada do Sul (RS), onde cerca de cinco mil pessoas, entre adultos e crianças, são mantidas em regime de semi-escravidão. A empresa, ao reconhecer a situação, atribuiu a responsabilidade à empreiteira Silva Brasil, com a qual já rescindiu contrato.

Os parlamentares, junto com advo-

gados e uma promotora de Justiça, comprovaram a exploração dos cortadores de casca de acácia negra, inclusive crianças e mulheres grávidas, que trabalhavam sem carteira assinada, morando em condições sub-humanas, pagos em alimentos, e em dívida crescente nos armazéns dos empregadores. Os deputados, além de solicitarem à DRT o fechamento da área, decidiram convocar os diretores da Tanagro a depor no dia 21 de agosto na Assembléia Legislativa gaúcha. (Jornal do Brasil e O Globo, 16 e 17/8/91)

Exploração de bóias-frias vai parar na polícia

O delegado titular de Leme (SP), João Batista da Costa, instaurou inquérito policial para apurar denúncia de aliciamento de 65 trabalhadores rurais que, há aproximadamente dois meses, foram levados de Pedra Branca (CE) para Leme. Os trabalhadores foram seduzidos por promessa de emprego garantido e salários de Cr\$ 40 mil por semana, para trabalhar no corte de cana-de-açúcar. Em Leme, todavia, encontraram situação totalmente diferente: sem prática no corte de cana, sua produção é baixa e não conseguem ganhar mais do que Cr\$ 15 mil mensais. Além disso, não encontraram moradias, roupas e alimentação conforme fora prometido.

Com fome, procuraram o STR de Leme, que fez a denúncia e acusou o empreiteiro José Jorge Porfirio, que alicia trabalhadores, enganando-os. (Tribuna da Imprensa-RJ, 27/7/91)

CPT reafirma seu compromisso

Reunidos na 8ª Assembléia da Comissão Pastoral da Terra (de 31/7 a 4/8/91 em Goiânia, GO), 135 cristãos de várias igrejas reafirmaram seu objetivo de "serviço pastoral aos pobres da terra" e reelegeram d. Augusto Alves da Rocha para presidente da entidade. Carta preparada na Assembléia define que "a reforma agrária dos camponeses é um clamor e uma luta pelo direito de viver com dignidade. Ela não é apenas uma reforma econômica. A reforma que se pleiteia implica numa transformação de toda a sociedade, das relações sociais em que os trabalhadores do campo são, cada dia, mais excluídos de tudo." (Agen, 8/8/91)

□ *As notícias sobre levas de homens e mulheres "vendidos por cabeça", a revelação de corpos mutilados e cemitérios clandestinos encontrados no meio da mata, são tão chocantes que tendemos a pensá-las como uma espécie de "sobrevivência", "abusos" do capitalismo "selvagem", "desmandos" de patrões e empreiteiros inescrupulosos e atrasados. Como se, ao apriormar-se, o sistema tendesse a pôr de lado estas formas "primitivas" de exploração.*

A história recente, no entanto, mostra o contrário: que o sistema se constitui dessas relações, que elas são parte e requisito do seu desenvolvimento. De fato, por todo o século XX, a imobilização de trabalhadores através do uso da força e outras

formas de constrangimento tem sido praticada em todo mundo.

No Brasil, foi exatamente no período da modernização da agricultura, de expansão do capitalismo para as novas áreas, que a prática da coerção se generalizou e passou a ser adotada, não só por fazendeiros tradicionais mas também por grupos econômicos ligados ao capital industrial, financeiro, tanto nacional quanto internacional.

Segundo a CPT, somente no ano de 1990, foram denunciados 1.559 casos de trabalho escravo. As denúncias procedem de quase todos os estados do país, de São Paulo ao Acre. Paradoxo? Não. A face mais cruel e perversa da luta entre os trabalhadores e os donos do capital. (Neide Esterici/CEDI, 16/8/91)

'Caminhada da Terra' no RJ reúne 10 mil trabalhadores

A 5ª Caminhada da Terra, organizada pela CPT, reuniu no dia 18 de agosto 10 mil trabalhadores rurais e urbanos na Fazenda Mutirão da Conquista, em Valença (RJ), ocupada há cinco anos por 43 famílias. Os romeiros vinham, principalmente, dos municípios da Baixada Fluminense e do Médio Paraíba. Chegaram em ônibus fretados e caminharam mais de seis quilômetros para ouvir depoimentos de sindicalistas, líderes rurais e bispos. O caminho até um palco improvisado era o mais longo, porque queriam deixar claro o sacrifício da população rural por um pedaço de terra. "O povo vive do simbólico. E isso é uma simbologia para mostrar que todos os problemas brasileiros passam pela questão da terra", disse d. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias.

Segundo dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada há três anos na Assembléia Legislativa, nos últimos três anos houve 108 conflitos em áreas rurais pela posse da terra, envolvendo 65 mil pessoas. Ainda conforme dados da CPI, 280 mil pessoas saem anualmente do campo para áreas metropolitanas no estado, em busca de melhores condições de sobrevivência. (*Jornal do Brasil*, 19/8/91)

* Realizou-se no dia 28 de julho, a 1ª Romaria da Terra do Noroeste Mineiro, no maior latifúndio do Estado de Minas Gerais, a Fazenda Menino, situada nos municípios de Arinos e São Francisco. A fazenda conta hoje com 400 famílias de posseiros que vivem em constante conflito com os grileiros. Participaram da Romaria cerca de mil trabalhadores rurais e urbanos de toda a região. Tendo como objetivo celebrar a fé e a luta do povo oprimido em busca de terra e vida, a Romaria foi também um protesto e uma denúncia contra a violência no campo. (*CPT-MG*, agosto 1991)

Novos recursos não eliminam incertezas

POLÍTICA AGRÍCOLA

Os bancos serão obrigados a aplicar pelo menos 10% dos saldos registrados no Depósito Especial Remunerado (DER), criado pelo governo para absorver os cruzados novos liberados a partir de 15 de agosto, em financiamento para o custeio dos produtos básicos, como arroz, feijão, milho e mandioca. A determinação faz parte da regulamentação da conversão antecipada dos cruzados novos, editada no dia 6 de agosto pelo Banco Central. A expectativa do diretor de Normas do BC, Gustavo Loyola, é de que a medida garanta de Cr\$ 35 a 40 bilhões em financiamentos adicionais à agricultura no mês de agosto.

No entanto, pequenos produtores de arroz, feijão e milho do Rio Grande do Sul temem que a parcela de cruzados liberados e mantidos no DER não chegue às suas mãos. O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio

Grande do Sul (Fetag), Alberto Broch, afirma que a dúvida "deve-se à prática do atual governo, que costuma fazer sucessivos anúncios de novos recursos para o crédito agrícola que nunca chegam aos pequenos agricultores". Ele alertou também para a taxa de juros a ser cobrada, dado que a de mercado é inviável para o pequeno agricultor. Broch acredita que o ideal é ofertar esses recursos pela mesma taxa do crédito rural (TR mais 9% ao ano).

Já o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Hugo Giudice Paz, acha que a injeção de novos recursos através de cruzados desbloqueados "não resolverá o problema estrutural do crédito agrícola". Demonstrando que a medida do BC desagradou o segmento que a Farsul representa — o "empresário rural" — Paz queixa-se de que os grandes produtores estarão impossibilitados de ter acesso aos recursos de DER, pois em caso de sua não utilização total, o excedente deverá retornar ao BC ou ao Banco do Brasil. (*Jornal do Brasil*, 7/8/91)

Sem-terras despejados com violência no Paraná

Cerca de 200 famílias sem-terra que no dia 4 de agosto haviam ocupado a fazenda Guairacá, em Lerroville (norte do Paraná), foram despejadas da área cinco dias depois. De acordo com a imprensa, a ação de despejo contou com a participação de cerca de 500 policiais militares, munidos de bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e armas de fogo. Houve, no entanto, resistência por parte dos sem-terra, instaurando-se um confronto entre as partes. Deste resultou

um saldo de pelo menos 15 feridos (sete policiais e oito sem-terras), além de 15 detenções.

No dia seguinte, o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Joaquim Pio de Lima, denunciou a presença de "jagunços" entre a força policial que efetuou o despejo, caracterizando a atuação de um grupo para-militar. A CPT denunciou também a ocorrência de tortura por parte dos policiais sobre os sem-terras no momento do despejo. (*CEDI*, 16/8/91)

Bispo de Sergipe processado devido a conflito de terra

O bispo da diocese de Propriá (SE), d. José Palmeira Lessa, está sendo processado por "incitação à prática de crime de invasão de terra". Segundo o promotor de Justiça Patrício Ferreira de Farias, da Comarca de Pacatuba, o bispo e

seus auxiliares de pastoral teriam incentivado trabalhadores rurais a ocupar 200 ha de terras do deputado Bosco França, na localidade de Lagoa Nova, município de Pacatuba, em conflito ocorrido no final do mês de março. Inicialmente, os reli-

giosos não foram indiciados. Mas depois de receber o inquérito, o promotor responsável decidiu apresentar denúncia contra todos os envolvidos no conflito, o que inclui também os integrantes da CPT. (*O Estado de São Paulo*, 11/8/91)

D. Hélder Câmara completa 60 anos de sacerdócio

O arcebispo emérito de Olinda e Recife (PE), d. Hélder Câmara, completou 60 anos de sacerdócio. Festejado por alguns dos principais cardeais e bispos brasileiros, como d. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, d. Paulo Evaristo Arns e d. Pedro Casaldáliga, que lhe enviaram mensagens entusiasmadas, d. Hélder, de 85 anos, comemorou a data fazendo um apelo: "Vamos nos dar as mãos, vamos acabar com a miséria do país".

Aposentado há 10 anos, d. Hélder diz que "foi uma grande graça" nesses 60 anos "ver a hóstia e o vinho se transformarem no corpo e no sangue de Cristo 21.900 vezes". (*Jornal do Brasil*, 16/8/91)

Cristãos do Brasil participam de congresso na Europa

Cerca de 700 pessoas dos diferentes países da Europa reuniram-se no IV Congresso de Comunidades Cristãs de Base (Paris, 26 a 29 de julho). Motivados pelas discussões da unificação econômica da Europa em 1992, abordaram o tema da *Justiça Social*.

O encontro sinalizou que as transformações econômicas não podem se basear no espírito de "competição internacional" dos grandes grupos econômicos, mas estarem voltadas para a justiça e bem-estar social.

A experiência ecumênica e popular das Comunidades Eclesiais de Base do Brasil foi partilhada pelo ir. Antônio Cechin (Igreja Católica, Porto Alegre-RS) e pelo pr. Claudio Ribeiro (Igreja Metodista, Baixada Fluminense-RJ), à convite da Comissão para Participação das Igrejas no Desenvolvimento — órgão do Conselho Mundial de Igrejas.

No encerramento do encontro, houve manifestações de solidariedade com as CEBs do Brasil e propostas de apoio financeiro ao 8º Encontro Intereclesial, que será realizado em 1992. (*CEDI*, 7/8/91)

Pastoral do Menor denuncia violência em Fortaleza

A Pastoral do Menor da Arquidiocese de Fortaleza (CE) divulgou pesquisa, com base em registros do Instituto Médico Legal (IML), que apontam a ocorrência no estado de 930 casos de estupro contra menores situados na faixa etária que vai dos 10 aos 17 anos, durante o ano de 1990.

Segundo o levantamento, no ano passado, a média de estupros contra menores foi de 77,5 casos por mês. A média de 1991 já atinge 68 casos mensais.

A pesquisa comprovou que deram entrada no IML, também durante o ano passado, 749 casos (62,4 por mês) de agressões a menores. Até maio de 1991, conforme a pesquisa da Pastoral, foram registrados 238

casos (56,6 por mês). Em 1990 foram cometidos 138 estupros contra crianças com até 10 anos; 39 ataques contra crianças da mesma faixa de idade ocorreram este ano.

Fortaleza foi citada pela revista norte-americana *Time* como a cidade líder em prostituição infantil no Brasil, conta Jane Guedes, coordenadora local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

A Pastoral do Menor mantém na cidade uma casa que não pode abrigar meninas, devido à incidência de doenças venéreas — são atendidas cinco a seis meninas por dia com gonorréia. Já foram registrados oito casos de Aids entre os menores. (*Agência*, 18/8/91)

Igrejas unidas contra a pena de morte

Uma vigília ecumênica, de 24 horas, pela vida, contra a pena de morte, foi promovida pelas pastorais ligadas à Arquidiocese de São Paulo, no centro da cidade. A Emenda Constitucional nº 1, de autoria do deputado federal Amaral Neto (PDS-RJ), que propõe a reintrodução da pena de morte no Brasil, provavelmente será votada ainda em agosto.

A "Vigília pela vida, pela paz, contra a pena de morte", contou com

as participações do rabino Henry Sobel e de representantes da Igreja Metodista. O deputado federal Hélio Biculo (PT-SP) também marcou presença.

Para Sobel, a pena de morte é incompatível com o judaísmo: "temos que cortar pela raiz esta infeliz idéia do deputado".

A vigília foi aberta com um culto ecumênico e encerrada com uma passeata. (*Folha de S. Paulo*, 6/8/91)

Benedita da Silva disputará prefeitura do Rio de Janeiro

A deputada federal e membro da Assembléia de Deus Benedita da Silva (PT-RJ) comunicou oficialmente ao partido sua intenção de disputar a sucessão da prefeitura do Rio de Janeiro.

Para Benedita, o "PT é a segunda força política no estado e tem grandes chances de vencer a eleição". Apesar do domínio do PDT no Rio, há quem aposte na vitória de "Bené", por considerá-la com um perfil que pode agradar ao carioca: mulher, séria, negra e favelada. (*Jornal do Brasil*, 16/8/91)

Pravda decide editar a Bíblia

Após mais de 70 anos de oposição à liberdade de religião, a editora do *Pravda*, órgão oficial do Partido Comunista da União Soviética, decidiu imprimir a Bíblia.

"A procura por Bíblias é muito grande", disse Mikhail Troschin, vice-diretor do *Pravda*, acrescentando que "por razões políticas, elas não eram publicadas". (*Folha de S. Paulo*, 16/8/91)

Leia e assine
Aconteceu

Igrejas cristãs divulgam mensagem de esperança

Os dirigentes nacionais das igrejas cristãs integradas à Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) — Igrejas: Católica Romana, Episcopal Anglicana, Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida, Evangélica de Confissão Luterana e Metodista — divulgaram uma mensagem de esperança ao povo brasileiro. A seguir a íntegra da mensagem.

“Preocupados com a desesperança que toma conta do povo brasileiro, nós, dirigentes nacionais de Igrejas Cristãs, reunidos em Salvador (BA), reafirmamos nosso compromisso ecumênico e chamamos a sociedade à retomada da história que leve à ousadia de sonhar um mundo mais justo e mais humano.

Assustamo-nos com as conseqüências geradas pelos modelos recessivos implantados por governos eleitos com base em promessas de melhorias das condições de vida dos empobrecidos. Assistimos ao achatamento salarial, acentuado por sucessivos planos econômicos frustrados em suas metas. Estes planos conduziram a produção nacional a índices de queda jamais registrados.

Neste País, carente das mínimas condições para uma vida digna da maioria de seus habitantes, a fome vem deixando suas marcas em famílias cada vez mais desestruturadas e desesperadas. Vemos o número de crianças que têm nas ruas o seu espaço de vida, num visível sinal de abandono.

Aumenta o descrédito nas instituições e na leis, contribuindo para a impunidade dos autores de todos os tipos de infração, o que determina a situação de “vale tudo” pela conquista de maiores vantagens. A corrupção persistente é marca registrada, maculando a auto-estima da Nação e desabonando sua imagem no exterior.

Vemos, estarecidos, a vida bagatizar-se, como se fosse mercadoria descartável. Cresce o número de linchamentos, sobem as estatísticas de crianças empo-

breçadas e assassinadas, por “justiceiros” de ocasião. São freqüentes as histórias de seqüestros.

A violência institucional encontra respostas em ações também violentas que podem levar a um descontrole generalizado. Dos negros vem o grito por dignidade e contra as discriminações. Do campo ecoam as denúncias de conflitos, da morte de lideranças populares e de camponeses engajados na luta pela sobrevivência e por um pedaço de chão. Das áreas indígenas vem o clamor por demarcação de seus territórios e respeito às suas culturas e tradições.

Somente uma reforma agrária, acompanhada de apoio técnico e de créditos, e uma política agrícola que valorize o trabalho na roça são capazes de estancar o inchaço das metrópoles e trazer paz ao campo e às cidades.

O País passa por uma gravíssima crise ética, por cuja superação queremos empenharmo-nos decididamente. Apesar do quadro sombrio em que vivemos, há setores, na sociedade, que insistem em manter viva a esperança, organizam-se e mobilizam a população para persistir na luta por um mundo mais justo. A estes setores a Igreja se une para garantir mais força ao combate.

Sem uma consciência desenvolvida de cidadania, uma sociedade civil organizada e participativa nas questões nacionais, não atingiremos a democracia real.

Embalamos este sonho, adormecido na sociedade, com a tarefa, encontrada nas escrituras, de evangelizar os pobres, proclamar libertação aos cativos, pôr em liberdade os oprimidos. Do Senhor recebemos a promessa de um novo céu e um nova terra que têm sua construção iniciada aqui, com a prática da justiça e da misericórdia.

Para esta construção comprometemo-nos a motivar nossas igrejas e outros segmentos da sociedade para suscitar novas iniciativas que promovam a superação desses males, restituam a esperança ao povo e rejeitem firmemente a pena de morte”. (CEDI, 15/7/91)

Igrejas realizam consulta sobre Amazônia

Criação e libertação — desafio da Amazônia, é o tema da Consulta Ecumênica Internacional sobre a Amazônia, promovida pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), em Belém (PA), de 4 a 12 de setembro.

A consulta reunirá 40 brasileiros, representantes de igrejas cristãs, de organizações não-governamentais e 25 estrangeiros. As igrejas pretendem

com o evento, dar sua contribuição à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92, Rio de Janeiro, junho de 1992).

A consulta também vai desenvolver estratégias de ação política, fomentar mecanismos de apoio e de pressão internacional em favor da Amazônia e seus povos, visando a formação de uma política governamental alternativa para a região.

Os participantes, divididos em grupos, visitarão as regiões de Tucuruí, Marabá, Manaus e Porto Velho. Com esta experiência, continuam a programação com as palestras e trabalhos em grupo. Índios, seringueiros e agricultores vão trazer depoimentos à consulta, que abordará a situação dos povos da floresta, a violência no campo, com enfoques bíblico-teológicos e científico-ambientais da Amazônia. (Informação IECLB, maio de 1991)

O ultimato dos Ashaninka em Brasília

Antonio Pianko e Moisés Pianko, respectivamente chefe e representante dos Ashaninka (Kampa) da Área Indígena do Rio Amonea, no município de Cruzeiro do Sul (Acre), fronteira com o Peru, estiveram em Brasília na primeira quinzena de agosto, para denunciar um conflito com posseiros que se arrasta há mais de dez anos e dar um ultimato às autoridades federais. Acompanhados por advogados do Núcleo de Direitos Indígenas, os Ashaninka estiveram na Procuradoria Geral da República, na Funai e no Ibama.

Para os Ashaninka a ida à Brasília constitui a última tentativa de solução pacífica para o conflito. Os posseiros vêm sistematicamente desafiando as decisões dos Ashaninka de como utilizar os recursos naturais do território. Os posseiros continuam realizando grandes derrubadas de mata virgem para o plantio de roçados visando a produção de excedentes comercializáveis e caçando com cachorros, abatendo caças grandes como anta e veado

que são vendidas na Vila Taumaturgo.

Inquérito — Na Procuradoria, os Ashaninka foram recebidos pelo procurador Oswaldo José Barbosa Silva que depois de ouvi-los determinou abertura de inquérito civil para apurar a invasão das terras, exploração de madeira e envolvimento de alguns posseiros da área com o tráfico de cocaína. Os posseiros têm utilizado terras da área indígena para roçados de coca e os Ashaninka temem que esses roçados sejam creditados a eles, uma vez que também cultivam a coca em pequena escala para mascar. O temor dos Ashaninka nesse sentido é justificado. Em julho de 90 uma blitz da PF, Funai e Exército esteve na Área Indígena do Rio Amonea para apurar denúncias dos índios sobre a invasão de madeiros e acabou arrancando trinta pés de coca pertencentes a três xamãs, atendendo a acusações dos posseiros. Na imprensa de Rio Branco a PF declarou que havia arrancado 150 mil pés.

Coca não é prioridade — Em Brasília a imprensa também deu destaque à questão da cocaína, na onda editorial do narcotráfico amazônico do momento. Os representantes Ashaninka ficaram preocupados com essa repercussão que julgam distorcida e que acaba pondo suas vidas em risco na região. O narcotráfico não era a questão central que vieram discutir com as autoridades federais. Agora eles esperam que a Funai e o Ibama se mobilizem numa ação conjunta: representantes desses órgãos se comprometeram a enviar uma equipe até a área, dentro de quinze dias, a fim de realizar a notificação dos posseiros, estabelecendo um prazo para a desocupação da área e proceder o levantamento da madeira desvitalizada, cortada pelos posseiros, visando seu reaproveitamento pelos índios. A Procuradoria Geral da República também ficou de enviar representante à área, acompanhado pela PF e Funai, além de solicitar à Funai imediata demarcação da área. (Margarete Kitaka Mendes, 19/8/91)

Assembléia Guarani contra proposta de dividir área em lotes

Nos dias 2 a 5 de agosto realizou-se na cidade de Registro (SP) a 2ª Assembléia Guarani, da qual participaram 38 lideranças, representantes de 22 aldeias Guarani do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi a primeira assembléia sob a coordenação da Nemboaty Guasu Guarani, organização criada em setembro do ano passado e que congrega os Kayowá, Mbya e Nandeva, os três subgrupos Guarani.

Durante a assembléia, os Mbya da comunidade Palmeirinha, localizada na Área Indígena Mangueirinha, no Paraná, denunciaram a tentativa inconstitucional da Funai de lotear o território indígena. Segundo o vice-cacique Marcolino da Silva e Pedro Gabriel, o projeto da Funai prevê cinco alqueires de terra para cada Guarani solteiro, 10 para os casais sem filho e 15 para os que tiverem filho. Se a proposta da Funai for concretizada,

os Guarani calculam que a comunidade de Palmeirinha perderá cerca de 700 alqueires de sua terra. Vivem na área 48 famílias, cerca de 300 pessoas.

Durante o encontro foi feito um levantamento sobre os principais problemas enfrentados hoje pelos Guarani e as formas de luta. Dezessete comunidades apontaram a não demarcação da terra como o problema mais grave, e em nove áreas a situação é de conflito. Em outras três áreas: Guarita (RS), Limeira (RS) e Ibirama (SC) os Guarani vivem em áreas tradicionais dos Kaingang e Xokleng, cujos caciques, manipulados pela Funai, segundo os índios, os estão ameaçando de expulsão.

Outro problema apontado foi o crescente empobrecimento das comunidades e a falta de assistência por parte do Estado para a agricultura, educação e saúde. A situação é mais grave no Mato Grosso do Sul, onde está aumentando o número de índios

assalariados e bóias frias nas fazendas e usinas de álcool da região.

Novos Encontros — Outro momento importante da assembléia foi a discussão sobre o funcionamento da Nemboaty Guasu Guarani. Foram criadas duas organizações regionais, a exemplo da Aty Guasu, criada em 1989 no Mato Grosso do Sul. A primeira abrange os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, a segunda, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cada comunidade indicará três representantes para a instância regional, que por sua vez elegerá sete representantes para a comissão que deverá coordenar os trabalhos da Nemboaty Guasu Guarani. As primeiras reuniões das regionais serão realizadas em outubro próximo, em área de conflito, como Braçuí, Palmeirinha e Piraquá, e terão como tema a demarcação das terras. (Cimi, 16/8/91)

Índios do Parque do Xingu criam organização

Representantes dos índios do Parque do Xingu, criaram no Rio de Janeiro a Kuarup — Organização Indígena do Xingu, com sede nessa cidade, que terá o objetivo de estabelecer um canal de diálogo direto com a sociedade nacional e principalmente com as fontes de recursos que lhes são necessárias. É formada pela liderança indígena do Parque do Xingu "para proteger seu meio ambiente e modo tradicional de viver". A ênfase dos projetos é na área de saúde, escolas e vigilância dos limites do Parque. Tem como presidente o Yawalapiti Aritana.

No lançamento da organização, foi realizada uma festa para 200 convidados, entre embaixadores, consules e empresários, na Casa Brasil França, onde os índios reproduziram trechos da festa Kuarup — o cerimonial que homenageia os mortos da aldeia. A festa foi patrocinada pela Shell, Ara-cruz Corretora de Seguros, Vasp, Papelaria Piril e outras. O Capacabana Palace hospedou a delegação indígena. De concreto a organização recém criada já conseguiu apoio no meio empresarial, em cuja lista constam a Siemens, Heliodinâmica, Cobra Náutica, Olsen, Microleve, Servilease, Premium, Narcosul e The Sydney Ross Company. (CEDI, *Jornal do Brasil*, 10/8/91)

CNBB pede a Passarinho demarcação da terra Yanomami

O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, foi visitar o ministro da Justiça Jarbas Passarinho, no dia 7 de agosto, para pedir urgência na demarcação da terra Yanomami, apoiando a proposta da Funai para essa área, publicada no Diário Oficial. O ministro disse que vai verificar a área tradicionalmente ocupada pelos índios para fazer a demarcação, mas chamou a atenção para a resistência da bancada de Roraima no Congresso Nacional. "Os deputados de Roraima se levantaram contra a demarcação", disse Passarinho. (CEDI, *Jornal de Brasília*, 8/8/91)

Em reunião setorial Collor reforça Funai

Durante a reunião setorial de meio ambiente e questão indígena, no Palácio do Planalto, no dia 12 de agosto, da qual participaram ministros, secretários e altos funcionários, ligados ao tema, o presidente Collor decidiu que irá anular os decretos que assinou em fevereiro deste ano, esvaziando a Funai de suas atribuições com a saúde, educação, auto-sustentação e meio ambiente, que foram transferidos para os ministérios da Saúde, Educação, Agri-

cultura e Secretaria do Meio Ambiente.

Essa decisão desagradou o ministro da Educação alegando que os decretos estavam dentro do espírito da Constituição, e do secretário geral do ministério da Justiça, Paulo Sotero, que alegou a falta de verba da Funai para realizar essas funções. O presidente fez um discurso conciliatório, onde demonstrou não estar satisfeito com as divergências dentro de seu governo. (CEDI, 20/8/91)

Funai cria Comissão de Defesa dos Direitos Indígenas

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, através de uma Portaria, do dia 5 de agosto, criou a Comissão de Defesa dos Direitos Indígenas — CDDI, funcionalmente vinculada à Assessoria Especial da presidência do órgão. A Comissão tem por atribuição receber, apurar, avaliar e encaminhar denúncias relativas a agressões a direitos e interesses dos índios e de suas comunidades.

Compõem a CDDI: o presidente da Funai que a preside; um represen-

tante do movimento "Ação pela Cidadania"; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal (OAB); um representante da Associação Brasileira de Antropologia e um representante do Ministério Público Federal. Todos os membros da Comissão terão direito a voz e voto, sendo que o presidente só manifesta seu voto em caso de desempate. As reuniões serão bimestrais, em Brasília, na sede da Funai, em caráter ordinário. (*Diário Oficial da União*, 6/8/91)

Divergência no governo sobre a Terra Yanomami

O problema delicado que o presidente Fernando Collor enfrenta e que não foi tratado na reunião setorial do dia 12 último, diz respeito à demarcação das terras Yanomami e o destino dos garimpeiros que estão sendo retirados da área. Há alguns dias o ministro Jarbas Passarinho fez uma declaração favorável ao retorno do garimpo na reserva Yanomami, de forma ordenada, depois de concluída a Operação Selva Livre. Possuelo, por sua vez, tem dito que a orientação do presidente Collor é a retirada definitiva do garimpo daquela área. Militares do Projeto Calha Norte defendem a manutenção de uma reserva garimpeira dentro da área Yanomami, o que coincide com o desejo do governador de Roraima, Ottomar Pinto. Em entrevista na Casa da Dinda, o presidente Collor tentou desfazer a impressão de que há

divergências sobre a questão Yanomami, dizendo que o governo pensa em admitir a volta dos garimpeiros, depois da Operação, mas como agricultores: "eles vão plantar nas terras que devastaram", disse Collor na entrevista coletiva. E garantiu: "garimpo, naquela área nunca mais".

Depois da reunião setorial, Passarinho mais uma vez defendeu a volta da atividade garimpeira na reserva Yanomami. "Vocês acham que uma terra rica em minérios como aquela vai ficar intacta?" perguntou ele aos jornalistas. O ministro explicou que a volta da atividade de garimpo na área deve ser feita através de projeto de lei do Executivo, aprovado pelo Congresso. Segundo ele, a exploração de riquezas minerais em áreas indígenas está prevista na Constituição. (Pamela Nunes/*Agência Estado*, 13/8/91)

CUT prevê aumento de greves para o segundo semestre

O secretário-geral da CUT, Gilmar Carneiro, prevê o aumento de greves para o segundo semestre deste ano, se a nova política salarial votada pelo Congresso não garantir as perdas passadas e futuras. Além das datas-base dos petroleiros e bancários, categorias que já estão em campanha salarial, o aumento da produção por causa das vendas de fim de ano esti-

mulará as paralisações nos próximos meses.

A princípio, a CUT apóia os projetos da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Carneiro lembra, entretanto, que é preciso estender a prefixação salarial também aos servidores públicos, como manda a Constituição.

Ele criticou o governo por ser o

primeiro a obstruir a livre negociação e o contrato coletivo de trabalho. "O governo recorre sempre à Justiça do Trabalho quando quer uma decisão favorável a ele". Ele lembra que o projeto de lei do Executivo sobre a livre negociação propõe o entendimento entre trabalhadores e patrões sem intermediação da Justiça Trabalhista. (*Gazeta Mercantil*, 14/8/91)

Mário Amato propõe divisão de lucros

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, participou do seminário "Desenvolvimento Industrial" — promovido e organizado pela Prefeitura de São Paulo e o Governo Paralelo do PT. Debatendo o tema "Estabilização e retomada do crescimento", Amato propôs a união capital e trabalho como a condição fundamental para que o Brasil volte a crescer. O presiden-

te da Fiesp espantou tanto Lula, presidente do PT, como Jair Meneguelli, da CUT, ao defender a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. "O trabalhador precisa participar e ser sócio", afirmou. Lula propôs que o presidente da Fiesp saia do discurso. "Se ele pensa realmente tudo aquilo que defendeu, ele deveria convencer seus colegas da Federação a serem mais modernos

na relação com seus empregados". Por sua vez, a CUT esquivou-se de aceitar a proposta de Amato para a união de capital e trabalho. "Quando os empresários se preocuparem com o desemprego e aceitarem o contrato coletivo de trabalho e a indexação salarial teremos um sinal real de que os tempos mudaram", disse Meneguelli. (*Correio Brasileiro*, 15/8/91)

Sindicato tenta evitar fechamento de fábricas

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, está buscando em Brasília o apoio do governo e do Congresso para evitar o fechamento da fábrica de motores diesel e de tratores da Ford. O sindicalista argumentou junto aos parlamentares da comissão de trabalho da Câmara dos Deputados que o encerramento das atividades da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo vai eliminar 1.200 empregos diretos e 25 mil indiretos. "Seria injusto que somente o movimento sindical ficasse defendendo a atividade industrial". Para ele, "o governo é responsável pelo fechamento da fábrica, porque a decisão da Ford é consequência da política econômica". (*Gazeta Mercantil*, 20/8/91)

Governador estará na abertura do 4º Concut

O governador Luiz Antonio Fleury Filho confirmou ao presidente da CUT, Jair Meneguelli, que estará presente à abertura do 4º Concut, que acontece de 4 a 8 de setembro no Palácio das Convenções do Anhembi. Ele esteve no Palácio dos Bandeirantes para pedir o apoio do governador com relação aos alojamentos para os delegados que participarão do congresso. "Esta é a primeira vez que um governador participa da abertura de um congresso da CUT" — disse Meneguelli.

A CUT se reunirá com as Secretarias do Trabalho e Planejamento para acertar os alojamentos necessários para abrigar algumas delegações de outros estados e convidados internacionais. (*Diário do Grande ABC*, 14/8/91)

Bancários preparam data para greve

A Comissão Executiva Nacional dos bancários está orientando as diretorias de todos os sindicatos do país a discutir uma data para a greve geral da categoria em setembro, em razão da posição dos banqueiros de recusa em abrir mão do direito de recorrer este ano à Justiça do Trabalho, como foi proposto em rodada de negociações. "Vamos nos preparar para uma paralisação nacional porque a posição dos banqueiros é retrógrada, demonstrando que haverá dificuldades nas negociações este ano", disse o coordenador da Executiva Nacional, Ricardo Berzoini. Os bancários reivindicam reposição salarial de 301,19% a partir de 1º de setembro, data-base da categoria. (*Diário Popular*, 15/8/91)

LEIA E ASSINE ACONTECEU

Força Sindical enfrenta problemas

Decisão — Os sete diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda que se bandearam da CUT para a Força Sindical, de Luiz Antonio de Medeiros, foram proibidos de falar em nome dos trabalhadores.

A decisão foi da assembléia do dia 14/8 à noite, no sindicato, convocada para discutir a expulsão dos sete. (*Jornal do Brasil*, 16/8/91)

Eleição — A chapa de Sebastião Lino de Almeida, que teve o apoio da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, venceu dia 15/8 as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi Guaçu. A chapa 2 era apoiada pela Força Sindical. "A vitória demonstra que os metalúrgicos não apóiam a atual política econômica do governo, que é respaldada por Medeiros e sua central sindical", afirmou o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egydio dos Santos. (*O Estado de São Paulo*, 14/8/91)

Filiação — O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, um dos maiores do estado de São Paulo, com cerca de 30 mil filiados, vai decidir em assembléia da categoria no dia 12 de setembro sua filiação à CUT ou à Força Sindical ou a manutenção da independência em relação às centrais. A iniciativa segue uma tendência que começou com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e que começa a ser difundida pelo estado, podendo modificar substancialmente a correlação de forças entre as duas maiores centrais de trabalhadores. Em Santos a Força Sindical perdeu a sindicato para a CUT. (*O Globo*, 19/8/91)

Memórias de um líder operário do ABC

As Memórias de um militante político e sindical no ABC, do líder operário Armando Mazzo foram publicadas em livro, lançado no último dia 22/08, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. (*Diário do Grande ABC*, 12/8/91)

Recessão inibe o movimento grevista

Estudo recente do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (Deseq), totaliza a ocorrência de 393 greves no período entre janeiro e maio deste ano, número este bem menor que as 865 greves de igual período em 90 e 943 em 89.

Segundo o Deseq, das 393 greves, 49% delas reivindicaram reposição de perdas salariais, 17% para pagamentos de salários ou benefícios atrasados, 13% por cumprimento de acordo e 7% contra demissões anunciadas ou efetivadas pelas empresas. Mais da metade destas greves ocorreu no setor público.

Em maio, das 24 greves ocorridas no setor privado, 23 foram por empresa e apenas uma envolveu coletivamente a respectiva categoria. O número de horas paradas também diminuiu. Isto quer dizer que o tempo de paralisação foi menor que nos anos anteriores.

Embora estes dados não sejam absolutos, eles demonstram a dificuldade que os trabalhadores e os sindicatos vêm encontrando para sustentar greves.

O elevado número de paralisações por empresa no setor industrial deve ser relativizado pela tática de greve "estratégica", que consiste em paralisar setores vitais das fábricas, inviabilizando por completo a produção com o passar do tempo. Este tipo de greve, que se dá necessariamente por empresa, não impede, por outro lado, que o movimento grevista adquira um sentido coletivo. Somando-se umas às outras, as empresas em greve se unificam nas reivindicações, na organização e na estratégia da greve.

A diminuição no número de horas paradas pode ter dois significados que só um estudo mais detalhado pode elucidar. De um lado, isto pode significar que as negociações foram definidas com rapidez. De outro, pode ser que os trabalhadores não tenham tido forças suficientes para sustentar as greves, tendo que suspendê-las devido a uma eventual falta de poder de mobilização.

Se o número de greves e de horas

paradas diminuiu, o número de grevistas aumentou em 2% entre janeiro e março de 91 em relação a igual período em 90.

Se, entre março e maio de 91, cresceu o número de greves por empresa, de janeiro a março, o que predominava eram as greves por categoria. Foi exatamente em abril — mês de data-base para inúmeras categorias — que o movimento sindical deixou de realizar greves por categoria para realizar greves por empresa. Se paralisações por empresa podem servir como fator de pulverização do movimento grevista (estratégia permanentemente adotada por Medeiros para os metalúrgicos de São Paulo), as greves por categoria, em contrapartida fazem decair o número de paralisações.

Por sua vez, a queda no número de greves (progressivamente menor desde 89), a defensividade de seus objetivos (resistência contra demissões, luta pelo cumprimento de direitos e por reposição de perdas) e a baixa participação dos trabalhadores urbanos industriais apontam para dificuldades.

O impacto da recessão influencia a deflagração, a sustentação, as formas de luta e as reivindicações dos trabalhadores. Isto porque, se as greves têm o objetivo imediato de conquistar resultados palpáveis (aliando a isto uma perspectiva de organização da classe trabalhadora), elas precisam contornar o problema dos dias parados e das demissões, variáveis negativas para uma ação que pretende defender o emprego e aumentar os salários. Além disto, a recessão faz com que as empresas não sintam tanto a paralisação do trabalho devido à queda nas atividades comerciais e produtivas, preferindo especular no mercado financeiro. O medo da demissão e do desemprego faz com que o trabalhador se agarre ao seu posto de trabalho, aceitando baixos salários. Desse modo, o movimento sindical se defronta com o desafio de manter as lutas apesar da crise econômica, questão esta cuja resolução impede que seu ônus seja jogado na conta dos salários. (Antonio Luigi Negro/CEDI, 19/8/91)

Jornal substitui cartilha

Jornais, anúncios publicitários, poemas e contos de fada começam a substituir as tradicionais cartilhas nas aulas de alfabetização de crianças da rede pública. O movimento, ainda lento, é resultado da constatação de que é o próprio ensino oficial brasileiro que está errado — um sistema que perde 50% dos alunos nos dois primeiros anos de escola, segundo dados de 1988 da Unesco.

“A alfabetização é um processo que se inicia fora da escola e se prolonga por algum tempo na escola; quanto mais se enriquece esse processo, melhor a alfabetização”, diz a

educadora Telma Weisz, 47, que acaba de concluir uma série de quatro vídeos para formação de professores alfabetizadores. Segundo Weisz, o ensino com cartilhas parte do pressuposto de que se aprende a ler e escrever juntando letras em sílabas, sílabas em palavras, palavras em frases e frases em textos. Mas para a educadora o problema de dominar a escrita é aprender a “partir” o texto em frases, palavras, sílabas e letras, não necessariamente nessa ordem.

Nessa abordagem, os alunos trabalham com histórias, ouvem ou tentam

ler notícias de jornal, imaginam e escrevem cartas, são expostos a diferentes textos. A pedagoga Maria Cecília Ramos, 55, da Unesp, participa de uma experiência de alfabetização com textos poéticos com cerca de 180 crianças. Segundo ela, “a cartilha parte do pressuposto de que a criança é débil mental”.

Os vídeos elaborados por Telma Weisz estarão disponíveis em meados de setembro na Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), tel (011) 228-1922, ramal 180. (Fernando Rossetti/*Folha de S. Paulo*, 18/8/91)

Kalungas na aula

Praticamente isolada numa região de difícil acesso (600 km ao norte de Goiânia), a comunidade negra Kalunga, formada por remanescentes de escravos que viviam em quilombos, contatada na última década por antropólogos e pesquisadores, contará com um programa especial de alfabetização do Ministério da Educação. O programa utilizará Cr\$ 67 milhões para o projeto de alfabetização de duas mil pessoas adultas na comunidade Kalunga. (*Correio Braziliense*, 15/8/91)

CEF prioriza empréstimo a quem alfabetizar

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Álvaro Mendonça e o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, assinaram em 8 de agosto convênio de cooperação. Pelo convênio, a CEF definirá as firmas que receberão financiamentos e empréstimos habitacionais e hipotecários para a construção civil, dando prioridade aos que instalarem salas de aula para alfabetização de operários nos canteiros de obras.

Na solenidade de assinatura do convênio estavam presentes 10 funcionários da empresa de construção ci-

vil do deputado e amigo do presidente Collor, Paulo Octávio (PRN-DF), a primeira a ser beneficiada com o financiamento. Também estavam presentes o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, Canindé Pegado, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco. Segundo o ministro Chiarelli, o programa *Alfabetizar é Construir* foi lançado pelo presidente Collor há 90 dias e hoje leva mais de 20 mil trabalhadores em 12 estados às salas de aula. (*Jornal do Comércio/RJ*, 9/8/91)

Paulo Freire trabalhará com Darcy

O novo integrante da equipe que coordenará o programa Especial de Educação (Cieps) é o professor Paulo Freire, criador do método de alfabetização que leva o seu nome e autor de 14 livros. O anúncio foi feito pelo governador Leonel Brizola, que disse ser Paulo Freire “expressão maior da vida brasileira em matéria de educação”, e que ele aceitou o convite do senador Darcy Ribeiro, coordenador do programa. Brizola garantiu que Darcy vai se licenciar do Senado para ocupar uma secretaria extraordinária, a ser criada. “Estamos preparados para assumir o programa dos Cieps e dos Ciacs (do governo federal)”, disse o governador,

acrescentando: “O Brasil inteiro está de olho no que vai acontecer no Rio de Janeiro. Vamos formar aqui, em torno de Darcy Ribeiro, um núcleo de valores educacionais”.

Leonel Brizola determinou que a secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro, Maria Yedda Linhares, reduza de 38 para cinco as concessões de licenças sindicais aos dirigentes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe). Recomendou também que os prefeitos do PDT restrinjam as concessões dessas licenças. Segundo Brizola, a prioridade do seu governo é fazer com que cerca de 40 mil professores retornem às salas de aula. (*Jornal do Brasil*, 14/8/91)

□ Leonel Brizola disse querer elevar o padrão de rendimento dos professores, para dignificar o magistério. No entanto, trata o Sepe, sindicato da categoria, com intransigência e há pouco tempo não sabia onde estavam e o que faziam 26 mil professores, dispersos em funções fora da sala de aula. Não será, evidentemente, cortando algumas licenças sindicais fará frente ao problema. Menos que racionalidade administrativa, o gesto indica cerceamento da ação sindical, incompatível com Freire, o educador da liberdade, que acaba de ser convidado a colaborar com a política educacional do Rio de Janeiro. (CEDI, 19/8/91)

Conferência discutirá política de Educação

A 6ª Conferência Brasileira de Educação (CBE) terá a Política Nacional de Educação como tema central. Organizada pela Associação Nacional de Educação (Anede), pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped) e pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), a CBE ocorrerá entre 3 e 6 de setembro, em São Paulo, no campus da USP e contará com educadores de todos os níveis de ensino e especialidades. São esperados cerca de 5 mil participantes. Inscrições e informações podem ser obtidas junto à secretaria da 6ª CBE: Faculdade de Educação da USP, Seção de Apoio Acadêmico, bloco A, sala 2, Av. da Universidade, 308, Cidade Universitária, Cep 05508, São Paulo, SP, fone (011)221-0011 ramal 2574. (CEDI, 19/891)

Privatistas investem contra projeto de LDB

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública conseguiu deter a mais recente investida dos setores privatistas contra os avanços contidos no projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A frustrada manobra envolveu o relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o deputado Edevaldo Alves da Silva (PDS-SP), proprietário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Além de entregar o parecer sobre o projeto, na sessão da comissão do dia 7 de agosto, o deputado entrou no mérito do referido texto legal e tentou apresentar um substitutivo, extrapolando assim suas atribuições de relator. Porém, ante a pressão do Fórum, voltou atrás e transformou o substitutivo em emenda.

O projeto de LDB também está sendo apreciado nas Comissões de Finanças e de Educação. Na Comissão de Educação, a deputada Ângela Amin (PDS-SC), encarregada do exame das emendas do plenário ao projeto, já apresentou o relatório. Contudo, apesar da aparência, o trâmite também não seguiu o percurso mais apropriado, pois, segundo adverte o boletim do Fórum, a deputada "sequer apresentou ou discutiu o relatório com a comissão". Por esse motivo, a partir do dia 21 de agosto, a Comissão de Educação discutirá o relatório da deputada e é provável que o mesmo seja modificado por inteiro. O limite previsto para a votação do projeto da nova LDB é final de setembro. (Daniel Revah/CEDI, 19/8/91)

Estudantes se mobilizam em três estados

Campo Grande (MS) — Cerca de 500 manifestantes, a maioria alunos e seus pais, protestaram na manhã de 12 de agosto, com faixas e cartazes, contra o abandono da Escola Municipal Rômulo Galego. Segundo Ali Hassen, representante dos pais e membro do Conselho Escola-comunidade, a escola foi desativada em dezembro de 90 para a realização de obras e seus 900 alunos foram transferidos para outras três escolas municipais no mesmo bairro. As obras não tiveram seqüência e agora a comunidade quer ver a escola reformada. O ato público contou com apoio de professores e de diretoras de escolas públicas. (*Jornal do Brasil*, 13/8/91)

Guarujá (SP) — Cerca de 300 alunos da EEPSP Prefeito Domingos de Souza realizaram, em 7 de agosto, passeata para pedir que a prefeitura intervisse na escola estadual. Os estudantes reivindicam a contratação de serventes para a limpeza e segurança nas imediações do colégio. Recentemente a unidade foi invadida por marginais. (*A Tribuna/Santos*, SP, 8/8/91)

Salvador (BA) — Os estudantes da rede estadual obtiveram em 6 de agosto o compromisso do governador Antonio Carlos Magalhães de que será garantida a conclusão do ano letivo de 1991, qualquer que seja o resultado das negociações entre os professores e o governo, informou o presidente da



Alunos da EEPSP Prefeito Domingos de Souza no Guarujá pedem intervenção da prefeitura

União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Umes), Moacir Neves, após audiência com o governador. Os

professores suspenderam a greve de quase 30 dias, mas não recomeçaram as aulas. (*A Tarde/BA*, 7/8/91)

Povo derrota golpistas "linha-dura"

Com a derrota do golpe, o líder soviético está hoje em uma posição muito mais forte, interna e internacionalmente. Mais fortalecido ainda foi o presidente da República Russa, o ultra-reformista Boris Yeltsin, que encabeçou a resistência popular, tornando-se símbolo de firmeza e coragem na defesa das conquistas democráticas.

Os países ocidentais, que até hoje apoiaram Gorbachev apenas com palavras, terão agora que ajudar concretamente a União Soviética. Segundo muitos observadores, um dos fatores que fizeram os "linha-dura" tentar o golpe foi a recusa dos países ricos, reunidos em Londres no mês passado, em conceder a ajuda econômica pedida pela URSS, que teria pelo menos em parte aliviado a duríssima crise interna. Mais uma vez, Gorbachev recebeu apenas elogios verbais, enquanto nas lojas das cidades soviéticas as prateleiras continuavam vazias. Os golpistas, portanto, apostaram na aparente perda interna de popularidade de Gorbachev para impor uma volta à situação política anterior.

Outro alvo do golpe é o novo Tratado da União, que deveria ter sido assinado pela Rússia de Yeltsin e pela República do Cazaquistão no dia

20 de agosto. Pelo Tratado, o poder central, controlado pelo Partido Comunista (PCUS) desde 1917, seria obrigado a partilhar as decisões com as nove repúblicas signatárias.

O mundo soube do golpe na madrugada de 19 de agosto (meia noite no Brasil), quando a agência oficial de notícias soviética Tass anunciou que o vice-presidente Gennadi Ianeiev tinha assumido o poder porque Mikhail Gorbachev tinha problemas de saúde. Logo depois, a Tass informou que tinha sido imposto o estado de emergência por seis meses em algumas regiões do país, e que todos os poderes tinham sido transferidos para um Comitê do Estado de Emergência, encabeçado por Ianeiev e integrado por sete outros dirigentes conservadores, entre eles o chefe da Polícia Secreta (KGB) e os ministros da Defesa e do Interior. Em seguida, enquanto colunas de tanques seguiam para o centro de Moscou e de outras capitais, o Comitê assinou um decreto que censurava a imprensa, proibia as manifestações públicas e impunha toque de recolher.

Contrariamente às expectativas dos golpistas, em todo o país multiplicaram-se as manifestações de protesto, e centenas de milhares de pessoas foram às ruas pedindo a volta de

Gorbachev ao poder. O prédio do Parlamento russo, no centro de Moscou, tornou-se o símbolo da resistência, defendido por militares fiéis à democracia e por milhares de cidadãos, que construíram barricadas para impedir o avanço dos tanques das unidades militares golpistas. Após algumas hesitações iniciais, quase todos os países do mundo começaram a pressionar as novas (e não reconhecidas) autoridades soviéticas, pedindo a volta de Gorbachev.

Para os golpistas ficou logo claro que a única condição para manter o poder teria sido uma duríssima repressão interna, que sem dúvida alguma deflagraria uma sangrenta guerra civil, e por longas horas o medo foi que isso pudesse realmente acontecer. Felizmente, os golpistas não forçaram a situação e, enquanto as tropas se retiravam do centro de Moscou, na tarde do dia 21 de agosto, o Comitê praticamente cessou de existir. Nos choques entre a população e os militares morreram 15 pessoas em toda a União Soviética. Poucas horas depois, Gorbachev regressou para a capital soviética. O golpe tinha acabado, e os golpistas presos. O caminho da *perestroika*, porém, continua difícil e incerto. (CEDI, 22/8/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



LIP-CT PRINCIPAL